



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Mensagem da administração

A Americanas vive uma ampla e profunda transformação para chegar aos seus 100 anos completamente renovada. Em 2025, especialmente no último trimestre, aceleramos esse movimento para assegurar a virada para uma empresa eficiente, mais leve e focada no atendimento de excelência a nossos mais de 40 milhões de clientes ativos. Os resultados aqui demonstrados já refletem as principais ações praticadas e o engajamento de nossos times com essa nova proposta de valor que tem a loja física como protagonista e onde o digital está devotado a permitir uma jornada omnicanal em uma experiência completa de compra. O plano estratégico que nos levará até 2029 e irá nos preparar para o futuro também se dedica a um aprofundamento no conhecimento do consumidor, em uma agenda dupla. A primeira, de **Performance, tem foco em acelerar resultado, com excelência operacional, e evoluir na experiência para o cliente**, a partir de uma estratégia comercial mais bem alinhada, principalmente à precificação e a uma relação radicalmente reformulada com os nossos fornecedores, da melhoria no atendimento, modernização das lojas e uma série de mudanças que já estão acontecendo. A segunda, **a de Transformação, tem relação com o futuro** e busca uma mudança significativa na experiência de compra em algumas categorias, alinhada à expectativa do consumidor, e que amplia esta conexão através do nosso **programa de fidelidade cliente** a. Hoje já temos mais de 50% de nossos clientes identificados em nossas visitas, com um gasto médio mais alto do cliente fidelizado e uma recorrência três vezes maior. O conhecimento aprofundado não só enriquece a oferta de sortimento e nossos modelos de precificação, como abre diversas possibilidades de serviços financeiros agregados e parcerias com atores relevantes. Em **retail media**, com a Americanas Ads, transformamos marcas em protagonistas dentro e fora das lojas. Nos projetos de **real estate**, cocoramos com a indústria o modelo **Store in Store** que diferencia a experiência por marca, transformando a Americanas num **hub vivo** onde **branding** e **sellout** caminham juntos. O desenho desse novo capítulo da história da Americanas foi enriquecido pela escuta atenta junto aos nossos parceiros e visitas a diferentes mercados no mundo e a mais de 300 das nossas lojas de norte a sul do país, para entender processos e identificar melhorias operacionais que já pudessem ser implementadas. Com os dados apurados nessas imersões, reestruturamos áreas de vendas, com redução da altura de nossas gôndolas e mudança de layout, melhoramos a exposição de categorias e desenvolvemos 21 novas linhas de produtos. Estes movimentos se traduziram em retorno relevante de nossa marca em datas estratégicas do varejo e em cases de crescimento, como o de 28% no GMV da categoria Bebidas e de 50% em Limpeza. A evolução no desempenho se consolida ainda na expansão de **dois dígitos da receita bruta por metro quadrado e de 78% em vendas brutas mesmas lojas**. A disciplina financeira, com otimização de recursos e os cortes de despesas também permaneceram como frentes prioritárias na Americanas. Com isso, alcançamos redução anual de 14% no custo logístico e de **18% em despesas com vendas, gerais e administrativas no ano**, com uma participação de menos de 28% na receita Líquida, um recuo de quase seis pontos percentuais em relação a 2024. Nada disso seria possível sem a participação engajada de nossos mais de 26 mil associados e sem a confiança de clientes, parceiros e investidores. Para fortalecer essas conexões, revisitamos nossos valores e propósito, reforçando os princípios que nos permitiram chegar até aqui: a paixão que temos em servir e resolver a vida das pessoas, entregando resultados fazendo o que é certo, de forma simples e resiliente, sem esquecer nossa pluralidade e o impacto positivo que geramos na sociedade. Estamos definitivamente vivendo uma nova fase em 2026, concluindo um ciclo de 3 anos de uma reestruturação intensa em todas as frentes de negócios e preparando a companhia para voltar a crescer. **Não existe futuro sem presente, e é isso que estamos construindo juntos na Americanas.**

Resumo Financeiro

O ano de 2025, apesar de ainda desafiador, foi marcado pela evolução e transformação da Companhia. Iniciamos o ano criando o alcecare para o desenvolvimento de um ciclo centrado em disciplina, execução, ganho de eficiência, fortalecimento da nossa operação, reforço da parceria com os nossos fornecedores, resgate da confiança e foco no cliente, abrindo espaço para seguirmos crescendo com consistência e, demonstrando a força da Americanas. Ao longo dos meses, trabalhamos para recuperar o poder da nossa marca em datas estratégicas, ampliamos nosso calendário de eventos e avançamos nas parcerias estratégicas e nas iniciativas de **retail media**. Lançamos o cartão cliente e, evoluímos nosso programa de fidelidade e ampliamos o nosso portfólio com soluções, ressaltando o porquê de existirmos: "Porque a gente ama resolver a vida das pessoas." Esses movimentos refletiram no desenvolvimento do nosso desempenho financeiro e operacional ao longo do ano. Dessa forma, em 2025, mantivemos um crescimento consistente de 78% das vendas brutas "mesmas lojas". A receita líquida do físico continuou sua trajetória positiva, apresentando crescimento de 4,1%. Além disso, seguimos a trajetória de otimização das despesas da Companhia com redução significativa tanto em termos absolutos como em percentual da receita líquida. Ademais, o EBITDA ajustado ex-IFRS 16 do ano apresentou melhora de R\$ 169 milhões em relação ao ano anterior, resultado que evidencia os esforços contínuos para impulsionar as vendas no varejo físico, bem como o amadurecimento das iniciativas de eficiência operacional e o constante trabalho de controle de custos e despesas. Em relação às unidades de negócio, a Ame Digital, ao final do exercício de 2025, voltou a ser consolidada no resultado da Companhia. Isso porque foi finalizado o período previsto pelo CPC 31 para o recebimento de proposta. Em setembro de 2024, a Ame havia sido registrada nas demonstrações financeiras como ativo mantido para venda, em conformidade com referido CPC. Além disso, em agosto de 2025, a Americanas comunicou ao mercado que havia retomado o processo de **market sounding** para prospecção de interessados na unidade de negócio UPI HNT. Já em setembro de 2025, a Companhia divulgou que aceitou a proposta vinculante apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. para aquisição de 100% do capital votante da UPI Uni.Co. Desta forma, nesta divulgação, as informações de HNT e Uni.Co estão apresentadas como operações descontinuadas e as informações de Ame Digital voltaram a ser consolidadas no resultado da Companhia. Com isso, para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras do 4T25 e 2025, bem como dos seus comparativos, já expurgam os efeitos dessas operações. Na tabela abaixo, apresentamos o resumo financeiro do 4T25 e 2025 e os comparativos com os mesmos períodos do ano anterior.

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado					
	4T25	4T24	2025	2024	Var(%) 4T25 x 4T24	Var(%) 2025 x 2024
GMV	5.150	5.456	17.013	18.708	-5,6%	-9,1%
GMV Físico	4.845	4.553	15.765	15.166	6,4%	4,0%
GMV Digital	261	838	1.001	3.099	-68,9%	-67,7%
GMV Outros ¹	43	65	247	443	-33,1%	-44,3%
Receita Líquida	3.688	3.834	12.305	12.452	-3,8%	-1,2%
Lucro Bruto	912	1.098	3.324	3.995	-16,9%	-16,8%
Margem Bruta %	24,7%	28,6%	27,0%	32,1%	-3,9 p.p.	-5,1 p.p.
SG&A ²	(902)	(1.302)	(3.374)	(4.122)	-30,7%	-18,1%
SG&A (%R\$L)	-24,5%	-34,0%	-27,4%	-33,1%	-9,5 p.p.	-5,7 p.p.
Outras Receitas/Despesas Operacionais Liq.	366	63	1.189	1.831	481,0%	-35,1%
EBITDA	376	(141)	1.139	1.704	-	-33,2%
Depreciação e amortização	(182)	(209)	(808)	(888)	-12,8%	-9,0%
Resultado Financeiro	(56)	(164)	(164)	(12.461)	-65,9%	-101,3%
Impostos	68	129	(69)	(4.666)	-47,3%	-98,5%
Prejuízo de operações descontinuadas	(250)	(201)	(369)	(330)	24,4%	11,8%
Lucro (Prejuízo) do período/exercício	(44)	(586)	(271)	8.281	-92,5%	-
Despesas da RJ e investigação	23	78	90	260	-70,5%	-65,4%
Haircut dos Fornecedores	-	(27)	-	(938)	-	-
Impacto com o programa de autoregularização	-	-	-	(286)	-	-
Impairment/ baixa de ativo	(123)	361	(123)	361	-	-
Haircut stock option	-	-	-	(110)	-	-
EBITDA Ajustado	276	271	1.106	991	1,9%	11,6%
Pagamento de arrendamento	(201)	(215)	(828)	(883)	-6,4%	-6,2%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	75	56	277	108	33,6%	156,3%

¹ Inclui demais subsidiárias, exceto HNT e Uni.co que estão contabilizadas como operações descontinuadas.

² Sem efeito de depreciação e amortização.

Vendas Mesmas Lojas (SSS)¹

As vendas brutas no conceito "mesmas lojas" mantiveram um resultado consistente tanto no quarto trimestre como no ano de 2025, com crescimentos de 7,8% e 2,9%, respectivamente. Mesmo diante de um ano com uma dinâmica econômica desafiadora que acabou influenciando no desempenho das vendas do varejo no país, e com o encerramento de 117 lojas em 2025 que não atendiam os critérios de rentabilidade da Companhia e redução de 6,9% da área de vendas, as vendas mesmas lojas cresceram 3,5 p.p. acima da inflação do ano medida pelo IPCA, o que demonstra o bom desempenho das lojas que se mantiveram na base e a decisão assertiva tanto de readequação dos tamanhos lojas como de encerramento de algumas unidades. Em 2025, o desempenho das vendas brutas no conceito "mesmas lojas" evidenciou a maior produtividade das unidades em operação, que apresentaram crescimento de 13% da receita bruta por m² em comparação com o ano anterior. Além disso, o resultado também foi impulsionado pela boa performance dos eventos realizados, com destaque para a Páscoa no primeiro semestre do ano, que apresentou um crescimento "mesmas lojas" relevante de 16% no comparativo anual, somando um total de R\$ 1,2 bilhão em vendas e estabelecendo um novo recorde para a Companhia. Durante o segundo semestre do ano o destaque foi o evento da Black Friday, que teve antecipação das ofertas ao longo de todo o mês de novembro. Dessa forma, durante o mês de novembro a Companhia registrou um crescimento de receita no conceito "mesmas lojas" de cerca de 5,5%, com destaque para o desempenho de categorias como Limpeza, Cuidados Pessoais e Alimentos. Esse desempenho demonstra a capacidade da Companhia de gerar crescimento orgânico consistente, reforçando a eficiência na execução das estratégias comerciais e na gestão das operações, com melhorias contínuas na logística e abastecimento das lojas, redução dos níveis de ruptura, melhoria na exposição dos produtos, oferta de sortimento mais assertivo e atendimento adequado.

¹ As vendas "mesmas lojas" (não revisada pelos auditores independentes) excluem do cálculo a receita bruta relacionada a cancelamentos, devoluções e descontos. E representam as lojas com vendas interrompidas nos últimos 12 meses.

I - Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

I e I (Proporção)	Em 31 de dezembro de 2024					Em 31 de dezembro de 2025				
	Feminino	Masculino	Contra-tadas	Total % Mulheres	Contra-tadas	Feminino	Masculino	Contra-tadas	Total % Mulheres	Contra-tadas
Aprendiz	591	288	527	786	67%	534	301	323	545	59%
Estagio	21	21	19	39	49%	34	43	22	51	43%
Auxiliar	1.676	1.288	1.593	2.782	57%	1.797	1.299	1.724	2.965	58%
Operacional	10.967	10.298	5.776	10.950	53%	10.676	9.626	4.927	9.251	53%
Assistente	485	279	32	66	48%	340	259	39	73	53%
Supervisor/Técnico	2.973	2.345	177	342	52%	2.262	1.720	39	79	49%
Analista	503	350	46	86	53%	435	280	46	78	59%
Coordenador	247	177	19	37	51%	250	181	16	35	46%
Gerente	1.109	835	21	58	36%	1.018	790	16	40	40%
Diretor	5	21	2	13	15%	3	17	0	3	0%
VP	0	6	0	4	0%	0	7	0	3	0%
Diretoria Estatutária	1	1	0	1	0%	0	2	0	2	0%
Conselho	3	4	2	4	50%	3	4	0	0	0%

II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia;

II e II (Proporção)	Em 31 de dezembro de 2024				Em 31 de dezembro de 2025			
	Feminino	Masculino	Total Hc	% Mulheres ocupam o Cargo	Feminino	Masculino	Total Hc	% Mulheres ocupam o Cargo
Diretoria Estatutária	1	1	2	50%	0	2	2	0%
Conselho	3	4	7	43%	3	4	7	43%

Portfólio de lojas

Formatos	Quadro de lojas			
	2025		2024	
	# Lojas	Área de vendas (mil m ²)	# Lojas	Área de vendas (mil m ²)
Convencional	906	838	960	893
Express	564	215	627	238
Total	1.470	1.053	1.587	1.131

Em 2025, seguimos otimizando nosso portfólio de lojas, com foco na busca por maior eficiência operacional, maior venda por metro quadrado e eficiência no custo de ocupação. Avaliando nosso quadro de lojas, ao longo do ano, encerramos as operações de 117 unidades (54 no formato convencional e 63 express) que não atendiam aos critérios de viabilidade da Companhia, representando uma redução de área de vendas de 6,9%. No 4T25, foram encerradas as operações de 5 unidades (3 convencionais e 2 express), resultando em uma redução de 0,5% da área de vendas frente em relação a posição do final de setembro/25. Adicionalmente, temos trabalhado para reduzir o tamanho das lojas com espaços ociosos, aumentando a eficiência de custos sem impactar as vendas.

Receita Líquida

Em 2025 a receita líquida consolidada foi de R\$ 12,3 bilhões, uma redução de 1,2% em comparação ao ano anterior. No ano, as vendas líquidas do físico apresentaram trajetória positiva, atingindo R\$ 11,7 bilhões, representando 95% da receita total (vs. 91% em 2024), com crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Esse desempenho é fruto de uma melhor execução dos eventos do ano, redução de ruptura dos top itens nas lojas, evolução das iniciativas comerciais de sortimento com a inclusão de novas linhas de produtos e ampliação de categorias, como a linha de descartáveis e a categoria de artigos de casa, além de evolução das parcerias estratégicas com fornecedores, e do desempenho das frentes que compõem a plataforma de clientes e parceiros (PCP), que em 2025 apresentou um crescimento de 10% da receita, e um aumentando gradualmente sua participação na receita total da Companhia. A Companhia ampliou seu portfólio, passando a oferecer uma solução mais completa ao cliente, com maior variedade de produtos e melhor adequação às diferentes necessidades de consumo. Com isso, a Americanas se consolida como um canal conveniente, reunindo em um único ambiente uma oferta abrangente de categorias, aliada a preços competitivos e boas condições comerciais. Ademais, o programa de fidelidade cliente a, que teve início em outubro/25, já começou a demonstrar os primeiros sinais de contribuição, à medida que o perfil de gasto e de recorrência desses clientes é maior do que um cliente não fidelizado. O desempenho da receita líquida total da Americanas em 2025, na comparação com o ano anterior, está alinhado à decisão estratégica da Companhia de redirecionar o foco da operação digital, redimensionando o seu tamanho e estabelecendo uma nova proposta de valor centrada na omnicanalidade, que complementa a jornada do cliente nas lojas físicas a partir do que ele já conhece dentro da loja podendo retirar suas compras em poucas horas. Dessa forma, em 2025, a receita líquida do digital apresentou uma queda de 49,0% em relação ao ano anterior, ainda impactada pela redução significativa do 3P (**marketplace**), com o digital reduzindo sua participação na receita líquida total, de 7% em 2024 para 4% em 2025.

Lucro Bruto

Consolidado (R\$ MM)	4T25	4T24	2025	2024	Var(%) 4T25 x 4T24	Var(%) 2025 x 2024
Lucro Bruto	912	1.098	3.324	3.995	-16,9%	-16,8%
Margem Bruta %	24,7%	28,6%	27,0%	32,1%	-3,9 p.p.	-5,1 p.p.
Lucro Bruto pro forma	913	943	3.323	3.291	-3,2%	1,0%
Margem Bruta pro forma %	24,8%	24,7%	27,0%	27,0%	+0,1 p.p.	0 p.p.

Nota: Lucro e margem bruta proforma desconsideram efeitos extraordinários e a operação da Ame Digital, que está em processo de finalização.

Em 2025, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 3,3 bilhões, queda de 16,8% em relação ao ano anterior e a margem bruta foi de 27,0% (-5,1 p.p. em relação a 2024). O lucro bruto seguiu apresentando sua comparabilidade impactada por eventos extraordinários contabilizados em 2024, que afetaram positivamente a margem daquele período. Os efeitos mais relevantes foram a recuperação extemporânea de verbas com fornecedores (VFCs) que somaram R\$447 milhões e R\$ 125 milhões de créditos extemporâneos de ICMS. Além disso, conforme destacamos na sessão "Resumo Financeiro", as informações financeiras da Ame Digital, que em 2024, foram registradas como ativos mantidos para a venda, conforme CPC 31. No exercício de 2025 como, ao final do período previsto pelo citado CPC, nenhuma proposta foi recebida, suas informações voltaram a ser consolidadas no resultado da Companhia. Com isso, o lucro bruto de 2024 também passou a ser impactado positivamente pelo resultado de Ame, que nesse ano ainda teve uma receita de cerca de R\$ 135 milhões, advinda da limitação de prazo para utilização de **cashback** concedido aos clientes. Expurgando os referidos efeitos extraordinários e o resultado de Ame, que não ocorreram em 2025, de modo a manter a comparabilidade dos exercícios, a margem bruta proforma se manteve estável em 27,0% em ambos períodos. Esse resultado decorre do trabalho contínuo, com foco na rentabilidade e na eficiência operacional, dos times comerciais para maturação das iniciativas de otimização de sortimento, **pricing**, oferta de novas fontes de receita, como crédito, seguros e serviços, e desenvolvimento e evolução de novas iniciativas de rentabilização das lojas como parcerias estratégicas para o desenvolvimento de campanhas de **advertising** nas lojas e o programa de fidelidade lançado em 2025, e que têm potencial a ser desenvolvido.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas ("SG&A")

As despesas com SG&A em 2025, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 3,4 bilhões, representando uma redução de 18,1% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo de uma queda de 45,4% nas despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, das quais tecnologia e marketing são exemplos de despesas que contribuíram para essa otimização. Além de uma redução de 70% nas despesas com vendas, com contribuição da despesa de ocupação para esse resultado. Além da melhora em termos absolutos, seguimos com uma diluição das despesas de SG&A, que representaram 27,4% da receita líquida no ano, o que corresponde à uma redução de 5,7 p.p. em comparação a 2024. As despesas gerais e administrativas, excluindo a depreciação e amortização, representaram 5,3% da receita líquida, uma queda de 4,3 p.p. em comparação ao ano anterior e as despesas com vendas representaram 22,1% da receita líquida, uma redução de 1,4 p.p., em relação a 2024. Ademais, a Companhia continuou o processo de melhoria sequencial, que veio apresentando ao longo do ano, nas despesas de SG&A como percentual da receita líquida, excluindo depreciação e amortização, com uma redução de 0,9 p.p., quando comparamos os resultados do acumulado do ano de 2025 com o 9M25, enfatizando o comprometimento da Companhia de seguir reduzindo despesas, na busca de maior eficiência operacional.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

No ano de 2025, a rubrica "outras receitas/despesas operacionais" foi positiva em R\$ 1,2 bilhão, composta principalmente por R\$ 830 milhões referentes à créditos extemporâneos de ICMS e Pis e Cofins, R\$ 164 milhões referentes à renegociação de contratos ligados à plataforma clientes e parceiros (PCP) e TI e R\$ 160 milhões dos acordos tributários federal e estaduais. Esse resultado representa uma redução de 35,1% em relação ao R\$ 1,8 bilhão positivo de outras receitas operacionais registradas em 2024. Esse valor se deve majoritariamente à execução do Plano de Recuperação Judicial, cujos principais impactos foram: R\$ 938 milhões referentes ao **haircut** dos credores fornecedores com a sua adesão às opções de pagamento oferecidas no Plano de Recuperação Judicial, R\$ 110 milhões de **haircut** referentes ao programa de **stock option** e R\$ 286 milhões referentes à participação da Companhia no programa de autoregularização. Além disso, ainda em 2024, ocorreu também a reversão de uma baixa contábil de créditos extemporâneos de ICMS no valor de R\$ 502 milhões.

Reconhecimento - EBITDA

O EBITDA Ajustado, que exclui as despesas e eventos relacionados à RJ e às Investigações, em 2025, somou R\$ 1,1 bilhão positivo, representando uma melhora de R\$ 115 milhões quando comparado aos R\$ 991 milhões positivos registrados em 2024. É importante destacar que esse valor registrado em 2025 é composto por R\$ 90 milhões de despesas relacionadas à RJ, além de estar impactado positivamente por créditos extemporâneos de ICMS e Pis e Cofins, renegociação de alguns contratos com fornecedores do PCP e TI e acordos tributários federais e estaduais já detalhados na sessão de "Outras Receitas/Despesas Operacionais" acima. Vale ressaltar também que, o EBITDA Ajustado de 2024, além de excluir as despesas relacionadas à Recuperação Judicial e às Investigações no valor de R\$ 260 milhões, também foi impactado positivamente por receitas provenientes dos **haircuts** e da adesão ao programa de autoregularização, conforme já descrito na sessão acima. Além disso, o EBITDA ajustado do período também foi impactado positivamente por eventos extraordinários operacionais, com R\$ 447 milhões de recuperação de VPC extemporâneo e R\$ 41 de créditos extemporâneos de ICMS que impactaram positivamente a margem bruta, além de 502 milhões de créditos de ICMS, conforme já detalhado na seção acima de "Outras receitas/despesas operacionais". O EBITDA Ajustado ex-IFRS, que exclui os efeitos do IFRS 16 referentes a aluguéis, em 2025, foi de R\$ 277 milhões positivos, uma melhora de R\$ 169 milhões quando comparado com os R\$ 108 milhões positivos de 2024. Importante destacar que, excluindo os efeitos extemporâneos em ambos exercícios, a melhora do Ebitda Ajustado ex-IFRS 16 foi da ordem de R\$ 400 milhões, demonstrando a continuidade do desenvolvimento operacional da Companhia, com a maturação de iniciativas de eficiência operacional e do avanço na otimização de despesas.

Conciliação EBITDA R\$ MM	Consolidado					
	4T25	4T24	2025	2024	Var. (%) 4T25 x 4T24	Var. (%) 2025 x 2024
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(44)	(586)	(271)	8.281	-92,5%	-
Prejuízo do período/exercício das operações descontinuadas	(250)	(201)	(369)	(330)	24,4%	11,8%
Lucro (prejuízo) do período/exercício das operações continuadas	206	(385)	98	8.611	-	-98,9%
Impostos	68	129	(69)	(4.666)	-47,3%	-98,5%
Depreciação e amortização	(182)	(209)	(808)	(888)	-12,8%	-9,0%
Resultado Financeiro	(56)	(164)	(164)	(12.461)	-65,9%	-
EBITDA	376	(141)	1.139	1.704	-	-33,2%
Despesas da RJ e investigação	23	78	90	260	-70,5%	-65,4%
Haircut dos Fornecedores	-	(27)	-	(938)	-	-
Impacto com Programa de Autoregularização	-	-	-	(286)	-	-
Impairment / baixa de ativo	(123)	361	(123)	361	-	-
Haircut stock options	-	-	-	(110)	-	-
EBITDA Ajustado	276	271	1.106	991	1,9%	11,6%
Pagamento de arrendamento	(201)	(215)	(828)	(883)	-6,4%	-6,2%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	75	56	277	108	33,6%	156,3%

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;

Remuneração Fixa	Em 31 de dezembro de 2024			Bônus Eventual
------------------	---------------------------	--	--	----------------

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhões de Reais)

ATIVO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	6	784	1.021	879	1.129	Fornecedores	17	2.420	2.113	2.461	2.190
Títulos e valores mobiliários	7	175	21	175	21	Risco sacado	18	309	49	308	49
Contas a receber de clientes	8	1.444	1.674	1.467	1.796	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	49
Contas a receber - partes relacionadas	12	42	267	-	-	Contas a pagar - partes relacionadas	12	237	219	-	-
Estoques	9	1.843	1.860	1.850	1.899	Salários, provísbios e contribuições sociais	20	242	303	262	333
Tributos a recuperar	10	963	1.019	1.010	1.125	Tributos a recolher	20	337	631	343	647
Imposto de renda e contribuição social	11	19	95	35	124	Imposto de renda e contribuição social	11	-	-	2	15
Despesas antecipadas	-	152	111	165	130	Adiantamento recebido de clientes	16	11	104	32	112
Outros ativos circulantes	-	308	327	344	352	Passivo de arrendamento	16	365	446	365	451
Ativos mantidos para venda	29	1.561	581	1.846	502	Outros passivos circulantes	29	241	354	287	400
Total do ativo circulante		7.291	6.976	7.771	7.078	Passivos associados a ativos mantidos para venda	29	333	-	604	136
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		4.495	4.219	4.664	4.382
Títulos e valores mobiliários	7	18	-	-	-	NÃO CIRCULANTE	17	255	338	259	341
Tributos a recuperar	10	2.765	3.056	2.883	3.056	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	17
Imposto de renda e contribuição social	11	288	298	341	298	Debêntures	19	1.995	1.716	1.995	1.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	74	131	74	134	Tributos a recolher	20	62	155	71	163
Depósitos judiciais	21	731	754	739	762	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	-	52
Contas a receber - partes relacionadas	12	78	53	-	-	Provisão para processos judiciais e contingências	21	688	1.233	701	1.299
Outros ativos não circulantes	-	10	9	15	10	Contas a pagar - Partes relacionadas	12	77	57	-	-
Investimentos	13	713	623	32	30	Passivo de arrendamento	16	3.218	3.722	3.218	3.735
Intangível	14	1.458	2.016	1.464	2.045	Provisão para perdas em investimentos	13	223	541	-	-
Ativo de direito de uso	16	2.758	3.293	2.758	3.309	Plano de assistência médica	31	195	243	195	243
Total do ativo não circulante		9.063	10.764	8.478	10.387	Outros passivos não circulantes	-	387	546	387	547
TOTAL DO ATIVO		16.354	17.740	16.249	17.465	Total do passivo não circulante		7.100	8.551	8.626	8.113
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	39.891	39.891	39.891	39.891
						Capital social	-	-	-	-	-
						Outros resultados abrangentes	-	(7)	(67)	(7)	(67)
						Prejuízos acumulados	-	(35.125)	(34.854)	(35.125)	(34.854)
						Total do patrimônio líquido		4.759	4.970	4.759	4.970
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.354	17.740	16.249	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhões de reais)

Saldos em 01 de janeiro de 2024	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital Plano de subscrição de ações		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
			1	115			
Lucro líquido do exercício	15.430	-	-	-	(1.260)	(43.136)	(28.850)
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-	-	-	-	-	8.281	8.281
Instrumentos de hedge reclassificados para o resultado	-	-	-	-	(120)	-	(120)
Varição cambial de investidas no exterior	-	-	-	-	1.302	-	1.302
Total dos resultados abrangentes do exercício					11	8.281	9.474
Aumento de capital (nota 22)	24.461	-	-	-	-	-	24.461
Reversão da reserva do plano de opção de ações (nota 23)	-	-	(114)	-	-	-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	(1)	-	-	1	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.891				(67)	(34.854)	4.970
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(271)	(271)
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-	-	-	-	66	-	66
Varição cambial de investidas no exterior	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Total dos resultados abrangentes do exercício					60	(271)	(211)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	39.891				(7)	(35.125)	4.759

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhões de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício das operações continuadas		98	8.611	98	8.611
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	29	(369)	(330)	(369)	(330)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do exercício:					
Depreciação e amortização	11	798	870	808	888
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de captação	13	57	4.635	69	4.666
Equivalência patrimonial	21	(40)	(2.567)	485	(2.178)
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	21	369	569	387	582
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	21	(850)	(628)	(884)	(639)
Ajuste a valor presente de obrigações	-	49	(261)	49	(486)
Provisão (reversão) para impairment	-	(123)	139	(123)	185
Haircut	-	-	(13.119)	-	(13.119)
Outros	-	(184)	(449)	(265)	534
Total		314	(1.420)	255	(1.286)
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber	-	235	672	189	431
Estoques	-	(212)	423	(216)	447
Tributos a recuperar	-	1.009	493	1.025	463
Despesas antecipadas	-	(48)	(41)	(43)	(53)
Depósitos judiciais	-	70	(136)	68	(141)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	-	(48)	659	91	679
Total		1.010	2.060	1.114	1.826
Aumento(redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	-	162	(1.859)	138	(1.862)
Risco sacado	-	260	49	259	49
Salários, encargos e contribuições sociais	-	(34)	73	(37)	57
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	-	(345)	(544)	(346)	(544)
Contas a receber/pagar com partes relacionadas	-	181	(43)	-	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)	-	(401)	(792)	(438)	(1.086)
Total		(177)	(3.116)	(424)	(3.396)
Pagamento de contingências	21	(146)	(257)	(153)	(266)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-	-	(2)	-	(2)
Juros pagos sobre arrendamentos	16	(463)	(523)	(463)	(523)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(4)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais das operações continuadas		538	(3.258)	325	(3.637)
Atividades operacionais das operações descontinuadas	29	147	50	236	55
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		685	(3.208)	561	(3.582)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários e FIDC	14/15	(172)	1.587	(4)	2.010
Aquisição de imobilizado e intangível	7	(203)	(71)	(205)	(72)
Aumento de capital em controladas	13	(55)	(5)	-	-
Caixa líquido incorporado	-	21	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos das operações continuadas		(409)	1.511	(209)	1.938
Atividades de investimentos das operações descontinuadas	29	(57)	(43)	(123)	(28)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(466)	1.468	(332)	1.910
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de debêntures e empréstimos	-	-	3.502	-	3.488
Liquidações de debêntures e empréstimos	-	(1)	(2.179)	(1)	(2.180)
Risco Sacado	-	-	(1.359)	-	(1.359)
Pagamentos de passivo de arrendamento	16	(365)	(358)	(365)	(360)
Aumento de capital	-	-	1.481	-	1.481
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento das operações continuadas		(366)	1.087	(366)	1.070
Atividade de financiamento das operações descontinuadas	29	(76)	(70)	(79)	(86)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(442)	1.017	(445)	984
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(629)	(729)	(216)	(688)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	1.021	1.651	1.129	1.758
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	784	1.021	879	1.129
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	29	14	(63)	34	(59)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(223)	(723)	(216)	(688)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhões de reais)

Recitas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de mercadorias e serviços	14.521	14.274	14.753	14.738
Outras receitas	360	1.828	398	1.873
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21)	366	(21)	367
Total	14.860	16.468	15.130	16.978
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(10.033)	(10.741)	(10.245)	(11.007)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(1.466)	(2.101)	(1.408)	(2.107)
Total	(11.499)	(12.842)	(11.653)	(13.114)
Valor adicionado bruto	3.361	3.626	3.477	3.864
Perda e recuperação de valores ativos	513	(190)	513	(190)
Depreciação e amortização	(798)	(870)	(808)	(888)
Valor adicionado líquido produzido	3.076	2.566	3.182	2.786
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.110)	-	-
Recitas financeiras	917	24.218	963	16.749
Valor adicionado total a distribuir	4.003	25.674	4.145	19.535
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.123	1.313	1.222	1.462
Benefícios	256	138	267	157
FGTS	107	98	120	116
Total	1.486	1.549	1.609	1.735
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	379	3.911	390	3.952
Estaduais	1.057	1.058	1.059	1.061
Municipais	74	80	76	84
Total	1.510	5.049	1.525	5.097
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.124	10.668	1.127	4.288
Aluguéis	154	126	155	133
Outras	-	1	-	1
Total	1.278	10.795	1.282	4.422
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	98	8.611	98	8.611
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(369)	(330)	(369)	(330)
Total	(271)	8.281	(271)	8.281
Valor total adicionado distribuído	4.003	25.674	4.145	19.535

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continuação

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

com base em estimativas. (b) **Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos.** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que poderá ser reconhecido e considerando o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração, conforme nota 11 (c). (c) **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário.** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo, conforme nota 16 (a). (d) **Valor justo de instrumentos financeiros sem cotação em mercados ativos.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante a uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5). (e) **Plano de assistência médica.** O custo do plano de assistência médica envolve julgamento significativo e é determinado por meio de avaliação atuarial. A avaliação atuarial toma por base diversas premissas e projeções que resultam num cálculo o qual pode diferir dos valores reais quando apurados no futuro. As premissas correspondem a índices financeiros, estrutura demográfica, taxas de desconto, inflação médica e participação populacional de adesão ao plano. Em função do número de premissas envolvidas no cálculo atuarial associadas à natureza de longo prazo, a apuração dos valores é altamente sensível e complexa em decorrência das alterações dessas premissas que são necessárias ao longo do tempo. O cálculo atuarial e as premissas são revisados anualmente no final de cada período.

(f) **Ativos e passivos contingentes.** O Grupo registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e imobiliários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma trabalhista razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, trabalhistas, cíveis e imobiliárias cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios (nota 21). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício. (g) **Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - IFRIC 23 (IFPC 22).** No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 (IFPC22) - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. 4. **GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.** 4.1. **Fatores de riscos financeiros.** No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Tais riscos são constantemente monitorados pela Administração. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias. (a) **Riscos de Mercado:** (i) **Risco cambial:** A Companhia emitiu debêntures conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries, sendo que uma destas possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui divisões com atualização expostas à variação cambial. **Análise de sensibilidade:** A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual de US\$ em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2025	Efeito no resultado		
	Moeda estrangeira	Cenário Provável 2026 (I)	Cenário II (+25%) (II)	Cenário III (+50%) (III)
USD				
Debêntures.....	(32)	(174)	(44)	(88)
Impacto no resultado			(44)	(88)
Premissas adotadas:				
	31/12/2025	Provável (I)	+25%	+50%
USD	5,50	5,50	6,88	8,25

(i) Taxa anual estimada do dólar em 31 de dezembro de 2026, com base no Relatório Foco do Banco Central. (b) **Risco da taxa de juros:** O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Como parte do plano de liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI. **Análise de sensibilidade:** A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2025	Cenário I Provável 2026 ¹	Cenário II (+25%) (I)	Cenário III (+50%) (II)
Equivalentes de caixa.....	684	(19)	2	23
CDI				
Títulos e valores mobiliários.....	175	(5)	1	6
Debêntures.....	(1.821)	50	(2)	(61)
Impacto no resultado		26	(2)	(32)
Premissas adotadas:				
	31/12/2025	Provável (I)	+25%	+50%
CDI	14,50	12,15	15,19	18,23

(i) Taxa anual estimada de juros em 2026, com base no Relatório Foco do Banco Central. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de rating e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro, cartões de débito ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis. (c) **Risco de liquidez:** A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores.....	2.461	26	171	62	2.720
Risco Sacado.....	308	-	-	-	308
Debêntures.....	-	-	1.995	-	1.995
Arrendamentos a pagar.....	365	328	952	1.938	3.583
Opção 1 e default (i).....	-	-	-	19	19

(i) O saldo das dívidas decorrentes do Plano de Recuperação Judicial não foi considerado na análise de sensibilidade, uma vez que as taxas já foram definidas no plano. 4.2. **Gestão de Capital:** O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer o melhor adequado retorno econômico e benefício aos demais stakeholders. O montante do acionamento do Grupo é realizado através da avaliação da Dívida Líquida e EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional. 5. **INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Controladora		Consolidado	
	Nota	Hierarquia	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Equivalentes de caixa.....	6	-	627	795
Contas a receber de clientes.....	8	-	1.444	1.674
Contas a receber - partes relacionadas.....	12	-	120	320
Títulos e valores mobiliários - FIDC.....	7	-	18	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado		Nível 2		
Títulos e valores mobiliários.....	7		175	21
Passivos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores.....	17	-	2.675	2.451
Risco sacado.....	18	-	309	49
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	19	-	1.995	1.762
Contas a pagar - partes relacionadas.....	12	-	314	276
Arrendamentos a pagar.....	16	-	3.583	4.188
Opção 1 e default.....	16	-	19	13

6. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos.....	157	226	195	255
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i).....	473	795	530	874
Compromissadas.....	154	-	154	-
Total	784	1.021	879	1.129

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado. (ii) As operações compromissadas classificadas como equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizadas na gestão de caixa da Companhia. 7. **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (i).....	175	21	175	21
Cotas FIDC's (a).....	18	21	175	21
Parcela do circulante.....	175	21	175	21
Parcela do não circulante.....	18	-	-	-

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no não circulante. (a) **Cotas FIDC's:** A Companhia opera com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's com o objetivo principal de antecipar pagamentos a fornecedores através de operações de Risco Sacado e para conceder prazos de pagamentos diferenciados a clientes, com o programa de Parcelamento da Americanas (Parcela A), através da aquisição de direitos creditórios, conforme disposto nos regulamentos. Ambos os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio fechado e a titularidade das cotas subordinadas é de 100% da Companhia. Os fundos listados a seguir se enquadram na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175.

FIDC's	Quantidade de Cotas	Participação no Patrimônio Líquido	Valor das Cotas (expresso em Reais)		Saldo em 31.12.2025
			7000	1.094	
FIDC Colombo.....		100%			8
FIDC Creditário.....					
Americanas.....	9.962	100%	1.020		10

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administradoras de cartões de créditos (i).....	1.429	1.624	1.429	1.632
Demais contas a receber.....	27	69	67	195
Total	1.456	1.693	1.496	1.827
Provisão de perda de crédito estimada.....	(12)	(19)	(29)	(31)
Total	1.444	1.674	1.467	1.796

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito. O aging list do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer.....	1.440	1.669	1.463	1.788
Vencidos:				
até 60 dias.....	4	5	4	8
mais de 180 dias.....	12	19	29	31
Total	1.456	1.693	1.496	1.827

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(19)	(26)	(31)	(43)
Adições.....	(20)	(10)	(29)	(13)
Reversões.....	27	17	28	19
(v) Reclassificação para mantido para venda.....	-	-	5	6
(vi) Reclassificação de mantido para venda.....	-	-	(2)	-
Saldo final em 31 de dezembro	(12)	(19)	(29)	(31)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para venda.....	2.313	2.214	2.320	2.253
Suprimentos e embalagens.....	18	38	18	38
Mercadoria de terceiros.....	9	12	12	12
Provisão para perdas na realização dos estoques (i).....	(488)	(404)	(488)	(404)
Total	1.843	1.860	1.850	1.899

(i) A provisão para perdas nos estoques tem a seguinte base de cálculo: (a) Para as mercadorias com custo maior do que o preço de venda (margem negativa) e os itens em obsolescência e giro lento pela diferença entre o custo de aquisição e o preço ajustado ao seu valor realizável, líquido das despesas necessárias para a sua comercialização; (b) pelas perdas históricas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição. A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(404)	(694)	(404)	(694)
Adições/ Reversões.....	(87)	287	(87)	287
Reclassificação para mantido para venda.....	3	3	3	3
Saldo final em 31 de dezembro	(488)	(404)	(488)	(404)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	1.956	2.133	1.969	2.148
PIS e COFINS.....	1.767	1.928	1.912	2.018
Outros.....	5	14	12	15
Total	3.728	4.075	3.893	4.181

Parcela do circulante..... 978 1.019 1.010 1.125
Parcela do não circulante..... 2.765 3.056 2.883 3.056
O montante de impostos a recuperar, registrados nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A realizar:				
2025.....	-	1.019	-	1.125
2026.....	963	944	1.010	944
2027.....	934	940	940	940
2028 em diante.....	1.831	1.172	1.943	1.172
Total	3.728	4.075	3.893	4.181

Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade. (a) **Resarcimento de créditos de PIS e COFINS:** A Companhia recebeu, em junho de 2025, comunicado sobre despacho decisório da Receita Federal do Brasil "RFB", que deferiu parcialmente os pedidos de ressarcimento, interpostos pela Companhia nos exercícios de 2016 e 2017, de créditos de PIS e COFINS vinculados a receitas não tributadas na venda de produtos relacionados a Lei 11.196/2005, conhecida como Lei do bonê. Os créditos concedidos têm por base êxito em ação judicial, transitada em julgado, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça "STJ", com manifestação favorável do Supremo Tribunal Federal "STF". Como consequência do despacho decisório, a Companhia reconheceu no resultado do exercício, em contrapartida ao ativo, o montante líquido de R\$ 47, referente aos créditos homologados. (b) **Exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS:** A Companhia, após análise jurídico-tributária e acompanhamento de decisões judiciais recentes, especialmente o julgamento favorável do Tema Repetitivo nº 1.125 pelo STJ, passou a reconhecer o direito à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu créditos tributários no montante de R\$ 516, relativos aos períodos de janeiro/2003 a dezembro/2025 abrangidos pelas ações judiciais, dos quais R\$ 237 referem-se à atualização monetária.

11. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. (a) **Imposto de renda e contribuição social - correntes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).....	305	374	357	399
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	2	19	19	23
Total	307	393	376	422
Parcela do circulante.....	19	95	35	124
Parcela do não circulante.....	288	298	341	298
Passivo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).....	-	-	2	11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	-	-	2	4
Total	-	-	4	15

12. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	Contas a receber	Contas a receber (GQC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (GQC)	AVP	Total	Receita	Custo/despesa
Operações com controladas diretas e indiretas:										
Serviços de tecnologia, fintech e intermediação										
Ame Digital (i).....	6	-	-	-	111	752	(745)	7	-	-
BIT Services (ii).....	20	-	-	-	4	-	-	-	-	(106)
Supernow.....	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte										

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Outros resultados abrangentes	Transferência para provisão de perdas	Transferido de (para) mantidos para venda	Incorporação	Impairment	Outros (viii)	Saldos em 31/12/2024
Ame Holding	1.291	-	-	-	-	-	(581)	-	-	(711)	-
JSM Global	(587)	-	-	-	306	1	-	-	-	-	-
B2W Lux	189	(459)	-	-	268	2	-	-	-	-	-
Unico S.A.	198	33	-	1	-	-	-	-	(51)	-	181
ST Importações (vi)	108	33	-	-	-	-	-	35	-	-	176
Submarino Finance	91	5	-	-	-	-	-	-	-	-	96
Louise Holdings	72	(16)	-	20	-	-	-	-	-	-	76
QSM Distribuidora e Logística (vi)	38	(3)	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-
Americanas Local S.A.	30	(10)	-	-	-	-	-	-	-	1	21
BWU Comércio e Entretenimento	22	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Digital Finance (vii)	14	-	-	-	-	-	-	4	-	-	18
Extrafutti	9	2	-	-	-	-	-	-	-	(1)	10
B2W Rental	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Freijó Administração e Participações Ltda. (viii)	4	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Americanas Lux	-	(1)	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Outros	21	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos	2.371	(1.004)	-	21	574	4	(581)	-	(51)	(711)	623
Mesa-express	(169)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)
Click - Rodó Entregas Ltda	(140)	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	(223)
SuperNow	(62)	6	-	-	-	-	-	-	-	-	(56)
Klanil Services	(37)	(10)	-	(10)	-	-	-	-	-	-	(57)
Bit Services	(24)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Skooob	(3)	(2)	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Americanas Lux	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
JSM Global	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos	(435)	(97)	5	(10)	-	(4)	-	-	-	-	(541)
Total	1.936	(1.101)	5	11	574	-	(581)	-	(51)	(711)	82

(vi) Conforme 25ª Alteração do Contrato Social da ST Importações Ltda. - Em Recuperação Judicial ("ST Importações"), realizada em 02 de dezembro de 2024, os cotistas aprovaram a incorporação do ativo líquido, no montante de R\$ 35, vertido da QSM Distribuidora e Logística Ltda. A incorporação está suportada por laudo de avaliação elaborado por empresa avaliadora independente, na data base de 30 de setembro de 2024. O Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação resultou em aumento de capital de R\$ 35 na ST Importações além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compreendem o Grupo econômico. A ST Importações sucederá a incorporada em todos os seus direitos e obrigações.

(vii) Conforme 5ª Alteração do Contrato Social da Digital Finance Promotora Ltda. ("Digital Finance"), realizada em 02 de dezembro de 2024, os cotistas aprovaram a incorporação do ativo líquido total, no montante de R\$ 4, vertidos da Freijó Administração e Participações Ltda. As incorporações estão suportadas por laudos de avaliação elaborados por empresa avaliadora independente, na data base de 30 de setembro de 2024 e, Protocolos e Justificação de Incorporação. As incorporações resultaram em aumento de capital de R\$ 4 na Digital Finance além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compreendem o Grupo econômico. A Digital Finance sucederá as incorporadas em todos os seus direitos e obrigações. (viii) O valor apresentado em "Outros" refere-se à reclassificação dos impactos da RJ entre a AME e a Americanas S.A. - Em recuperação Judicial.

(b) **Controlladas:** Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do Grupo: (i) **ST Importações Ltda. - Em Recuperação Judicial (controlada direta):** Com sede localizada na cidade de São José, Santa Catarina, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. É controlada diretamente pela Americanas - Em recuperação judicial e suas operações consistem substancialmente na importação de mercadorias para revenda para a sua Controladora. (ii) **Unico S.A. (controlada direta) - Reclassificado para mantido para venda:** O Grupo Unico é especializado na gestão de marcas de varejo com forte identidade e apelo emocional. Seu portfólio inclui marcas como Imaginarium, Puket, Mini e LoveBrands, atuando nos segmentos de presentes criativos, moda e decoração. Com presença nacional por meio de franquias e e-commerces e pontos multimarcas. Em setembro de 2025 a Companhia aceitou proposta vinculante para a venda de 100% (com por cento) do capital votante do acervo da UPI Unico e correspondentes subsidiárias diretas e indiretas, conforme previsto no PRJ aprovado operante a 4ª Vara Empresarial do RJ de Janeiro, na forma da Lei nº 11.101/2005. Em decorrência da decisão, as operações do Unico estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide notas 12 e 29. (iii) **AME Holding (controlada direta):** A AME Holding possui substancialmente duas subsidiárias: a Ame Digital Brasil Ltda. e Parati - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.. A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. "Ame Digital", constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Em 03 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União a aprovação do pedido de cancelamento da autorização de funcionamento da AME Digital. A decisão foi motivada pela alteração do plano da empresa, que implicou na sua descharacterização como instituição de pagamento, conforme previsto na regulamentação vigente. A Parati - Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., autorizada a funcionar pela BACEN, iniciou suas atividades no ano de 1998, com foco em operações de crédito pessoal consignado. Atualmente opera também na modalidade de empréstimo sem consignação, por intermédio de correspondentes bancários, possibilitando atender clientes em diversos estados brasileiros. Em julho de 1999 a Parati obteve aprovação do BACEN para sua atuação como entidade regulada e fiscalizada por esta entidade. Em junho de 2024, foi celebrado contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Holding Finanças Ltda. ("Tudo Holding"), no montante de R\$ 34. A partir dessa data, as operações da Parati estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas (nota 29). Em 31 de dezembro de 2025, o BACEN emitiu parecer favorável à transferência do controle societário da Parati para a Tudo Holding cujo processo foi concluído em 11 de fevereiro de 2026 vide notas 12 e 33. (iv) **B2W LUX S. A. R.L. - Em recuperação judicial (controlada direta):** Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (Bonds), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial. (v) **JSM Global S. A. R. L. - Em recuperação judicial (controlada direta):** Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (Bonds), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial. (vi) **Click - Rodó Entregas Ltda (controlada direta):** Com sede localizada no município de Cajamar, Estado de São Paulo, adquirida em 2013, é uma sociedade limitada controlada diretamente pela Americanas S.A. - Em recuperação judicial e tem por atividade a prestação de serviços de organização logística e transporte rodoviário de cargas em geral. (vii) **HNT Comércio Hortifrutigranjeiros Ltda. (controlada direta):** Subsidiária integral da Companhia, constituído com o objeto social de comércio de hortifrutigranjeiros. A proposta de constituição da sociedade teve por propósito receber o acervo do então segmento operacional Fresh Foods (HNT), conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Os efeitos decorrentes da operação estão descritos nas notas 12 (a) e 33 (a).

(c) **Informações sobre investimentos**

	31 de dezembro de 2025					
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
ST Importações	100	237	50	39	187	11
BIT Services	100	34	57	210	(23)	6
Digital Finance	100	-	-	4	-	1
B2W Rental	100	99,96	-	-	-	(1)
Mesa - Express	100	104	163	39	(59)	12
SuperNow	100	14	76	150	(62)	(7)
B2W Digital Lux	100	34	36	-	(2)	(1)
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	22	2	30	20	(1)
JSM Global	100	35	37	-	(2)	-
Louise Holding	100	57	-	57	57	-
Klanil Services	100	1	59	73	(58)	-
Unico S.A.	100	281	128	173	153	(31)
HNT Hortifrutigranjeiros	100	-	-	-	-	-
Ame Holding	100	398	17	1.760	381	(18)
Americanas Lux	100	-	1	-	(1)	-
Click - Rodó Entregas LTDA	100	58	73	253	(15)	11
Controladas Indiretas						
Ame Digital	100	394	(27)	2.431	421	11
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	-
Ecolivry Courriers	100	-	-	1	-	-
Logística	100	-	-	1	-	-
Cheynay Financial	100	-	59	45	(59)	-
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
ST Global Sourcing H.	100	21	14	1	7	5
Unico Comércio	100	170	45	227	125	14
Imaginarium Franchising	100	6	5	1	1	1
IMB Têxtil	100	170	75	71	95	31
Mone gestão de franquias e participações	100	41	25	11	30	34
Parati	100	173	143	10	16	14
Colligada						
Extrafutti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	115	71	14	44	21

	31 de dezembro de 2024					
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A.	100	22	2	203	21	(10)
Submarino Finance	100	95	(1)	12	96	5
ST Importações	100	234	58	39	176	33
BIT Services	100	21	50	210	(29)	(5)
Digital Finance	100	19	1	4	18	-
B2W Rental	100	99,96	-	39	4	(3)
Mesa - Express	100	15	71	140	(172)	6
B2W Digital Lux	100	24	26	-	(2)	(459)
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	23	2	30	21	(1)
JMS	100	-	-	-	(2)	-
JSM Global	100	26	27	-	(1)	-
Louise Holdings	100	76	-	684	76	(16)
Klanil Services	100	9	66	90	(57)	(10)
Unico S.A.	100	362	233	118	130	(3)
Skooob	100	-	-	-	(2)	-
Ame Holding	100	519	17	1.890	502	(3)
Americanas Lux	100	-	1	-	(1)	-
Click - Rodó Entregas Ltda.	100	73	296	57	(223)	(93)
Controladas Indiretas						
Ame Digital	100	562	22	2.561	540	29
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivry Courriers	100	-	1	-	(1)	-
Courriers Transportes	100	1	-	-	-	-
Eco Logística	100	-	-	-	-	-
BIT Capital	100	1	6	74	(5)	-
Cheynay Financial	100	-	67	51	(67)	(10)
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	3	7	36	(4)	(4)
Nexos do Brasil Gestão de Ativo	100	-	3	-	(3)	-
ST Global Sourcing H.	100	3	-	1	3	1
ST (Shenzhen)	100	-	-	1	-	-
Americanas Delivery Tecnologia	100	1	34	21	(33)	(14)
Unico Comércio	100	155	99	172	56	21
Imaginarium Franchising	100	6	6	1	-	(1)
IMB Têxtil	100	160	93	30	67	37
Mone Gestão de Franquias e participações	100	45	15	11	30	30
Parati	100	89	74	10	15	2
Unico Hong Kong	100	-	-	20	-	(5)
Colligada						
Extrafutti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	115	71	14	44	21

14. **IMOBILIZADO**

(a) **Composição.** Custo histórico e depreciação acumulada:

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	217	(81)	-	136
Instalações e móveis e utensílios	10%	876	(717)	-	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.902	(1.623)	-	279
Benefetórias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.549	(1.665)	-	884
Total		5.544	(4.086)	-	1.458

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	956	(701)	(15)	240
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.152	(1.489)	(306)	357
Benefetórias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.991	(1.723)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Outros	10%	39	-	-	39
Total		6.378	(3.985)	(372)	2.016

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(81)	-	137
Instalações e móveis e utensílios	10%	880	(721)	-	159
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.953	(1.670)	-	283
Benefetórias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.552	(1.667)	-	885
Outros	10%	8	(8)	-	-
Total		5.611	(4.147)	-	1.464

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	973	(710)	(15)	248
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.211	(1.521)	(306)	384
Benefetórias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.981	(1.717)	(45)	1.219
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.493	(4.076)	(372)	2.045

(b) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Reversão de Perdas por Impairment.** A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados, por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), para determinar a necessidade de reconhecer redução do saldo contábil ao valor recuperável. Em 2024, a Companhia reconheceu redução ao valor recuperável de ativos imobilizados vinculados à UGC de varejo digital em função da identificação de indícios de perda de valor e desempenho operacional na recuperação do valor contábil desses ativos. Para 2025, em decorrência da decisão da descontinuidade das operações relacionadas ao segmento varejo digital, todas as atividades anteriormente alocadas a essa UGC foram descontinuadas e os ativos correlatos integralmente integrados às operações do segmento de varejo físico, que passou a constituir única UGC e segmento reportável mantido pela Companhia. Essa mudança estratégica implicou na reavaliação do valor recuperável dessa única UGC. Como resultado dessa avaliação em 2025, a Administração identificou que não existiam mais circunstâncias que indicassem perda do valor recuperável dos ativos imobilizados que haviam sido anteriormente ajustados por Impairment, uma vez que os ativos passaram a ser plenamente utilizados nas operações mantidas pela Companhia com perspectivas de geração de benefícios econômicos futuros, bem como evidências de geração de fluxos de caixa futuros suficientes para suportar a reversão total da perda recuperável registrada em exercícios anteriores. Dessa forma, no exercício de 2025, foi reconhecida a reversão total das perdas por Impairment anteriormente contabilizadas, refletida no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", no montante de R\$ 123, líquido da depreciação. **Teste de Recuperabilidade da**

continuação

(b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operação de risco sacado.....	309	49	308	49
Total.....	309	49	308	49

(c) Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Operações de risco sacado.....	60-120	60-120
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores.....	30-180	30-180

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

15. DEBÊNTURES

(f) Composição e características da emissão: Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, da espécie quinquenal, não conversíveis em ações, em oferta pública, no valor inicial total de R\$ 1.638, distribuída em três séries. A Escritura de Emissão contém cláusulas restritivas usadas para esse tipo de operação, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida em determinadas situações de inadimplemento. Não há cláusulas de atenuação ou manutenção de índices financeiros (covenants financeiros) associadas a essa emissão. As principais condições da 22ª emissão estão resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
22ª Emissão - AMER E2 - 1ª Série - 128% do CDI 12.442.937 Pública	1.214	1.024	1.214	1.024
22ª Emissão - AMER F2 - 2ª Série - 128% do CDI 4.827.464 Pública	607	511	607	511
22ª Emissão - AMER G2 - 3ª Série - 128% do CDI 1.404.158 Pública	174	181	174	181
Total	1.995	1.716	1.995	1.716

(b) Remuneração, carência e capitalização dos juros: As debêntures possuem prazo de carência de 24 meses, até julho de 2026, durante o qual os juros remuneratórios são capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário das debêntures da primeira e segunda séries e ao Valor Nominal Unitário Atualizado das debêntures da terceira série. Após o término da carência, os juros passam a ser pagos trimestralmente, com primeiro pagamento previsto para 26 de outubro de 2026, conforme a 2ª Escritura de Emissão. **(c) Amortização e vencimento:** O principal das debêntures será liquidado em parcela única (bullet), com vencimento em 26 de julho de 2028, no caso da primeira série, e em 26 de julho de 2029, no caso da segunda e terceira séries. A Escritura de Emissão prevê, ainda, a realização de Amortização Extraordinária Obrigatória nas hipóteses de alienação total ou parcial das UPs Definidas e/ou de quaisquer Pontos Comerciais HNT.

(d) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial em 1º de janeiro.....	1.716	15.000	1.716	7.634
Captação.....	3.502	3.502	3.502	3.502
Amortização de principal (i).....	(1)	(24)	(1)	(24)
Amortização de juros.....	(2)	(2)	(2)	(2)
Encargos financeiros.....	280	1.093	280	619
Custo com captações (ii).....	-	10	-	(10)
Reestruturação da dívida (iii).....	(1.995)	(1.716)	(1.995)	(1.023)
Saldo final em 31 de dezembro.....	1.995	1.716	1.995	1.716

(i) Em dezembro de 2025, a Companhia registrou amortização extraordinária no montante de R\$ 11, decorrente da alienação de um dos pontos comerciais do HNT, a qual resultou na redução do saldo da respectiva emissão. (ii) Em 2024, dando continuidade à execução do PRJ, a Companhia procedeu a reestruturação da sua dívida financeira, o que resultou na redução substancial do saldo. Os detalhes das movimentações dos credores financeiros estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i).....	204	540	206	548
Imposto sobre Serviços (ISS).....	5	11	5	13
PIS e COFINS.....	-	-	-	2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	4	3	5	5
Tributos parcelados (ii).....	174	223	184	232
Outros.....	12	9	14	10
Total	399	786	414	810
Parcela do circulante.....	67	631	343	647
Parcela do não circulante.....	32	155	71	163

(i) Inclui baixa do DIFAL referente ao exercício de 2022 da importância de R\$ 388, reconhecida a crédito no resultado do exercício de 2025, referente à modulação dos efeitos do Tema 1.268 do STF, que afasta a exigência de diferencial de aliquota nas operações interaduais destinadas a consumidor final para contribuintes que possuam ação judicial em curso. (ii) Parcelamentos gerados em decorrência de acordos com Órgãos Federais (RFB - Autorregularização e PGNF) e Órgãos Estaduais (PGE-RS e AGE-MG).

21. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS, CONTINGÊNCIAS E DEPOSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locação, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e por advogados externos. Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constitui provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de apólices de seguro, depósitos judiciais ou cartas de fiança bancária no montante de R\$ 1210, conforme o caso. Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais. Em função da recuperação judicial, a Companhia entende que não terá a expectativa de pagamentos de contribuições em ótica de curto prazo, portanto, o saldo está refletido todo no longo prazo. Além das provisões mencionadas a Companhia está contestando o pagamento de certos tributos, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais (restitui nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais).

(a) Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários.....	590	577	591	580
Trabalhistas.....	28	69	33	74
Cíveis.....	37	8	76	83
Imobiliário.....	38	26	39	25
Total	731	754	739	762

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	577	69	82	26	754
Adições.....	31	41	5	9	49
Atualizações/Reversões.....	(6)	(4)	(12)	3	(22)
Pagamentos.....	(38)	(4)	-	-	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	590	28	75	38	731

	Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	576	15	29	3	623
Adições.....	16	53	58	26	153
Atualizações/Reversões.....	(15)	4	(5)	(3)	(19)
Pagamentos.....	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	577	69	82	26	754

	Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	583	16	15	29	633
Adições.....	32	58	6	25	78
Atualizações/Reversões.....	(19)	4	(4)	(3)	(22)
Pagamentos.....	(69)	(4)	-	-	(73)
Reclassificados de (para) mantidos para venda.....	(2)	-	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	591	33	76	39	739

	Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	583	16	15	29	633
Adições.....	16	53	58	26	153
Atualizações/Reversões.....	(19)	4	(4)	(3)	(22)
Pagamentos.....	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	580	74	83	25	762

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias.....	224	754	226	789
Cíveis.....	169	21	179	244
Trabalhistas.....	228	218	228	218
Imobiliário.....	688	1.233	701	1.299

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	754	214	47	218	1.233
Adições.....	111	180	27	51	369
Atualizações/Reversões.....	(583)	(148)	-	(29)	(760)
Pagamentos.....	(52)	(75)	(7)	(12)	(146)
Reclassificados como mantidos para venda.....	(6)	(2)	-	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	224	169	67	228	688

	Controladora				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.072	232	23	249	1.576
Adições.....	157	211	66	135	569
Atualizações/Reversões.....	(435)	(71)	(8)	(141)	(655)
Pagamentos.....	(40)	(58)	(24)	(25)	(147)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	754	214	47	218	1.233

	Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	789	244	48	218	1.299
Adições.....	112	185	30	60	387
Atualizações/Reversões.....	(592)	(171)	(1)	(34)	(798)
Pagamentos.....	(52)	(77)	(9)	(16)	(154)
Reclassificados como mantidos para venda.....	(2)	-	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	226	179	68	228	701

	Consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.133	266	23	249	1.671
Adições.....	158	219	69	136	582
Atualizações/Reversões.....	(462)	(77)	(8)	(141)	(688)
Pagamentos.....	(40)	(164)	(36)	(26)	(266)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	789	244	48	218	1.299

Tributárias: A partir dos débitos transacionados através dos acordos com Órgãos Federais (RFB e PGNF) e Órgãos Estaduais (PGE-RS, AGE-MG e PERC-PE), os principais processos tributários do Grupo decorrem de crédito tributário de ICMS constituído em razão de operações realizadas com fornecedores que vieram a ser declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em momento posterior à realização das operações comerciais e (ii) créditos tributários relacionados à cobrança de IPI, decorrentes de questionamentos da Receita Federal quanto ao tratamento jurídico-fiscal conferido a determinadas operações de importação, em razão da equiparação de empresa do Grupo a estabelecimento industrial, nos termos do artigo 9º, inciso IX, do Decreto nº 7.212/2010 ("RPII"). **Trabalhistas:** A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente salários, férias e abonos de natureza salarial, entre outros. Cíveis: A Companhia juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores. **Imobiliário:** A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis. **(c) Equalização de débitos fiscais relacionados ao exercício:** A Companhia celebrou, ao longo de 2025, diversos acordos com autoridades fiscais federais e estaduais. Destacam-se, entre eles, os firmados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), a Procuradoria Geral do Estado de Rio Grande do Sul ("PGE-RS"), a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG") e a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco ("SFPPE") ("Acordos"). Essas adesões ocorreram no âmbito de programas instituídos por tais órgãos, com o objetivo de regularizar débitos fiscais existentes. Os Acordos geram benefícios econômicos relevantes para a Companhia, considerando que a continuidade das discussões implicaria custos significativos relacionados à manutenção de garantias judiciais, honorários advocatícios e demais despesas associadas ao contencioso. Abaixo apresentamos síntese dos "Acordos" firmados: (i) Acordo firmado com a PGFN - O Acordo foi celebrado nos termos da nota nº 13.689/2022, com o objetivo de regularizar débitos fiscais existentes em dívida ativa do Estado; (ii) Acordo firmado com a PGE-RS - O Acordo foi firmado em 30 de junho de 2025, incluindo débitos de natureza previdenciária e não previdenciária; (iii) Acordo firmado com a PGE-RS - A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Judicial, nos termos da Lei Estadual nº 16.241/2024, regulamentada pelo Decreto nº 57.844/2024, com o objetivo de regularizar débitos fiscais inscritos em dívida ativa do Estado, abrangendo, preponderantemente, débitos de ICMS por Substituição Tributária ("ST") e o diferencial de aliquota de ICMS ("DIFAL"); (iii) Acordo firmado com a AGE-MG - A Companhia aderiu ao Plano de Regularização do Estado de MG, nos termos da Lei Estadual nº 24.612/2023, regulamentada pela Resolução nº 48.997/2025, com o objetivo de regularizar débitos fiscais inscritos em dívida ativa do Estado, abrangendo, preponderantemente, débitos de ICMS objeto de ações judiciais, bem como o refinanciamento de débitos anteriormente parcelados junto ao Estado; (iv) Acordo firmado com a SEFAZ-PE - A Companhia aderiu ao Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários (PERC), instituído pela Lei Complementar nº 563/2025, que permite a regularização de débitos mediante redução de multas e juros e condições especiais de parcelamento. No exercício final em 31 de dezembro de 2025, esses acordos geraram um ganho ante o imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 238 (controladora e consolidado) registrado nas rubricas de outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro. Abaixo apresentamos os efeitos financeiros dos acordos:

	Termos de pagamento		Montante a pagar	Saldo a pagar em 31/12/2025
	Órgãos	Desconto		
PGFN.....	864	(77)	262	138
PGE-RS.....	47	(10)	14	14
PERC-MG.....	262	(151)	111	58
Demais órgãos (iv).....	20	-	6	6
Total.....	1.232	(87)	406	150

(i) Depósitos judiciais integrantes dos processos judicializados. Aguardam manifestação dos Órgãos beneficiários para

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 00.776.574/0006-60

conversão em renda destes. (ii) Créditos decorrentes de Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (PGFN) e créditos fiscais de ICMS (PERC-PE). (iii) Para a PGNF e PERC-PE, pagos em parcela única em julho e dezembro de 2025 respectivamente. Para a PGE-RS e AGE-MG pagamento em 12 parcelas atualizadas pela Selic, a partir de junho de 2025. (iv) A Companhia celebrou acordos a fim de equacionar débitos fiscais de menor valor expressivo com autoridades fazendárias dos Estados do TO, PB e BA.

(d) Passivos contingentes não provisionados: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza passivo no montante de R\$ 10.400 (R\$ 9.421 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 10.834 no consolidado (R\$ 9.803 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como "perdas possíveis", sob as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Data base 31 de dezembro de 2025
Gloss ou constatação de crédito tributário
 Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica..... 817
Decreto Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976
 Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi o outorado na Declaração de Importação..... 2.634

PIS e COFINS
 Créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS..... 4.590

(e) Requerimento de Instauração de Arbitragem: A Companhia é parte em três procedimentos arbitrais relacionados a alegações de supostas inconsistências contábeis em suas demonstrações financeiras, todos instaurados pelos mesmos requerentes, conforme descrito a seguir: (i) Arbitragem iniciada em janeiro de 2023 - Uma associação, em conjunto com supostos acionistas da Companhia, instaurou procedimento arbitral com valor da causa de R\$ 500, no qual alegava a existência de inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 08/01/2026, os requerentes apresentaram pedido de desistência da arbitragem, cuja homologação ainda se encontra pendente. A Arbitragem, em sua vez, solicitou, além da homologação da desistência, a condenação dos Requerentes a (a) reembolsarem os custos e despesas incorridos com a arbitragem; (b) pagarem honorários de sucumbência, em 20% do valor da causa e (c) pagarem multa por litigância de má-fé. (ii) Arbitragem iniciada em abril de 2024 - Os mesmos requerentes deram início a novo procedimento arbitral, inicialmente atribuído ao valor da causa de R\$ 32.000. Nesse procedimento, os requerentes pleitearam: (a) indenização no montante de R\$ 12.000 em favor de investidores, a ser suportada pela Companhia, e por seus acionistas de referência; e (b) indenização no montante de R\$ 20.000 em favor da própria Companhia, a ser paga por seus acionistas de referência. No Termo de Arbitragem, o valor da causa foi posteriormente reduzido para R\$ 100. Nesse procedimento, os requerentes igualmente apresentaram pedido de desistência em 30/09/2025, cuja homologação foi requerida pela Americanas, com a consequente condenação dos requerentes nos mesmos ónus postulados no item (i). Aguarda-se, ainda, a decisão homologatória. (iii) Arbitragem iniciada em janeiro de 2026 - Os mesmos requerentes instauraram novo procedimento arbitral, desta vez sem a participação da associação, reiterando, em essência, os pedidos formulados nas arbitragens anteriores. O procedimento contempla pedidos de indenização a investidores por supostas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como pedidos de indenização à própria Companhia a ser suportada por seus acionistas de referência. Adicionalmente, os pedidos de ressarcimento de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Este procedimento encontra-se em fase administrativa, com o Tribunal Arbitral ainda não constituído, não sendo possível, no momento, mensurar de forma confiável os valores envolvidos. Com base na avaliação de seus assessores legais, a Administração classifica os procedimentos arbitrais iniciados em 2023 e 2024 como de risco remoto, em razão dos pedidos de desistência apresentados pelos requerentes. O procedimento arbitral iniciado em 2026 é classificado como de risco possível, considerando-se análise do mérito na fase atual. (ii) **Ações Cíveis Públicas:** Devido às ações civis públicas foram ajuizadas contra a Companhia em nome de subscritor de ações no valor de R\$ 12.007 oriundas do processo de reestruturação do Empreendedorismo - IPGE, nas quais incluíam no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia. As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. O prognóstico de perda para ambas é possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2024), representado por 200.244.998 ações ordinárias (200.244.252 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE*) realizada em 21 de maio de 2024, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado, que passou a ser de 435.084.497 ações ordinárias, e o grupamento de 100 ações para 1 ação do capital social. A Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 25 de julho de 2024 aprovou o grupamento das 100 ações para 1 ação, a partir de 26 de agosto de 2024. Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial foi atualizada para R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2024, R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2024. Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Acionistas controladores (i).....	100.122.512	50,00%	100.122.512	50,00%
Outros acion				

continuação

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

PARER DO CONSELHO FISCAL

ANEXO I

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou “Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, II e VII da Lei nº 6.404/76, analisaram o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, incluindo nesta data sem ressalvas, bem como do relatório do Comitê de Auditoria. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Diretoria e o Conselho de Administração, assim como com o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras. Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalvas emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 11:00 horas.

Elias de Matos Brito	Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.	José Maria Rabelo	Raphael Manhães Martins
----------------------	--------------------------------------	-------------------	-------------------------

ANEXO II

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou “Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, analisaram o Protocolo e Justificação da incorporação das seguintes sociedades pela Companhia: (a) Mesa Express Serviço de Informação na Internet S.A (CNPJ/MF: 08.778.355/0001-18) (Mesa) e AME Digital Brasil Ltda. (CNPJ/MF: 32.778.350/0001-70) (AME Digital), e em conjunto com Mesa, “Incorporadas” pela Companhia (“Incorporação”) incluindo o Protocolo e Justificação de Incorporação das Incorporadas, além dos Laudos de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Mesa e da Ame Digital, elaborado pela Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”), sociedade limitada estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Primeiro de Março, nº 23, 22º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 27936.447/0001-23. Assim, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração em reunião conjunta com o Comitê de Auditoria, e, ainda, nos procedimentos adotados para tanto, incluindo a opinião legal fundamentada nas operações, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à aprovação da Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação, a serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 11:00 horas.

Elias de Matos Brito	Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.	José Maria Rabelo	Raphael Manhães Martins
----------------------	--------------------------------------	-------------------	-------------------------

RELATÓRIO RESUMIDO DOS TRABALHOS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO 2025

1. INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (respectivamente “Companhia” ou “Americanas”), atua como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, ao qual reporta-se com plena autonomia operacional. O Comitê de Auditoria exerce suas atribuições com o rigor e a diligência necessários, fundamentando suas análises no fluxo de informações provido pela Administração e pelos Auditores Independentes. O exercício desta supervisão é consolidado pelos relatórios e diagnósticos da Auditoria Interna e das áreas de Governança, Compliance, Riscos, Controles Internos e Canal de Denúncias, além da interlocução direta com os responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras, assegurando uma visão integrada do ambiente de controles da Companhia. O Comitê mantém um canal de comunicação contínuo e estruturado com a Alta Administração. Para assegurar a fluidez na análise das matérias de sua competência, o CEO, o CFO e as lideranças de Compliance, Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna, Governança Corporativa e Canal de Denúncias participam regularmente das reuniões. Essas interações recorrentes visam não apenas o compartilhamento de temas críticos de negócio, mas também garantir que o Comitê exerça sua função de supervisão com base em informações tempestivas e profundas sobre o ambiente de riscos e o sistema de controles da Companhia. O Comitê é composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato	1º. Mandato
Vanessa Claro Lopes	Coordenadora do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração	12/09/2024	05/09/2026	10/06/2021
Carla Alessandra Trematore	Membro Externo do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024
Maria Rita Megre de Sousa Coutinho	Membro Independente do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração	01/05/2025	05/09/2026	01/05/2025
Rodrigo Carneiro da Cunha Torres	Membro Externo e Especialista em Finanças do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024

2. ATIVIDADES DO COMITÊ: No exercício de suas atribuições ao longo de 2025, o Comitê realizou 12 reuniões, com a participação de membros da Diretoria, Auditores Internos e Independentes, gestores das áreas de Compliance, Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança da Informação (TI), além de outros membros da Administração e colaboradores da Companhia, conforme convocados pelo Comitê, o que lhe permitiu: (a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; (b) apreciar e opinar acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2025, acompanhadas do relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; (c) acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna, controles internos, gestão de riscos, compliance e canal de denúncias da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (e) avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; (f) manter meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia. Adicionalmente às reuniões, ao longo do período em referência, foram realizadas solicitações pelos membros do Comitê às áreas da Companhia, encaminhamento de questões, esclarecimentos, aprimoramento de recomendações e discussões técnicas, inclusive, com assessores externos, de aspectos específicos pertinentes às matérias de competência do Comitê. No mesmo período, o Comitê também manteve interlocução periódica com o Conselho Fiscal, para troca de informações sobre temas de interesse comum, observadas as atribuições e competências de cada órgão. **2.1. Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos:** No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria manteve sua sistemática de supervisão sobre o ecossistema de riscos da Companhia, por meio de agendas ordinárias e extraordinárias com a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos. Como parte do ciclo contínuo de revisão, o Comitê aprovou a atualização periódica da Metodologia de Mapeamento e Monitoramento de Riscos, assegurando a correta identificação dos Risk Owners e a validação técnica do Mapa Anual de Riscos, em linha com as diretrizes estratégicas do negócio. Ao longo do período, a referida Diretoria submeteu sete pautas de reunião ao Comitê, com ênfase no acompanhamento dos processos de gestão, na revisão de diretrizes e políticas corporativas e no monitoramento de temas estruturantes de tecnologia sob a ótica de controles. Quanto ao ambiente de controles, a Diretoria informou a inexistência de deficiências significativas que pudessem comprometer a fidelidade das informações financeiras ou a integridade das operações. As deficiências de natureza não significativa, mapeadas no curso regular das atividades, permanecem sob monitoramento, com planos de ação e projetos voltados à sua contínua mitigação e operacionalização. O Plano de Trabalho da área é anualmente avaliado pelo Comitê, que acompanha sua execução com base em marcos e planos de ação. Com base nas informações reportadas, este Colegiado reconhece a evolução dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos, destacando a consistência dos esforços da Administração na manutenção de um ambiente de controle resiliente e eficaz. **2.2. Auditoria Interna e Canal de Denúncias:** A Auditoria Interna mantém repore direto e funcional ao Comitê de Auditoria, assegurando a independência necessária ao exercício de suas atribuições. Em 2025, o Colegiado supervisionou a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAIA), aprovando os ajustes solicitados pela área para manter a aderência às prioridades de negócio e às exigências regulatórias, sempre respeitando a curva de maturidade dos processos internos. O Comitê realizou sessões executivas periódicas com a Diretoria de Auditoria Interna para o acompanhamento das práticas de auditoria e a apreciação dos relatórios emitidos. Destaca-se, neste exercício, a harmonização da régua de riscos da Auditoria com as metodologias das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, garantindo uma linguagem única e integrada para a mensuração de impactos em toda a Companhia. No que tange à governança do Canal de Denúncias, a operação está sob gestão da Auditoria Interna, com o suporte especializado de um assessor independente para o recebimento e classificação dos relatos. O fluxo estabelecido assegura que denúncias de alto risco sejam comunicadas de forma tempestiva aos órgãos de governança. Em dezembro de 2025, como marco do fortalecimento ético, o Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da nova Política de Recebimento e Tratamento de Denúncias. Este Comitê registra que, com base nas informações recebidas, não foram identificadas situações que comprometessem a autonomia dos auditores internos, destacando a plena cooperação das Diretorias com os trabalhos realizados. Com base nos resultados apresentados, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade das atividades da Auditoria Interna e do Canal de Ética, bem como registra que não foram detectadas ocorrências ou riscos com impacto material sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia. Os planos de ação para os riscos identificados seguem monitorados pelo Comitê, com foco na eficácia de sua mitigação. **2.3. Compliance:** No exercício de 2025, a Diretoria de Compliance deu continuidade à trajetória de maturação da estrutura de Integridade da Companhia, atuando de forma sinérgica com este Comitê no constante aperfeiçoamento do arcabouço normativo e da cultura ética organizacional. Esse movimento refletiu-se no ciclo regular de revisão de diretrizes, que incluiu a atualização das políticas de Brindes e Hospitalidades, Sistema Normativo e de Recebimento e Tratamento de Denúncias. No âmbito da governança corporativa, o Comitê e a área de Compliance mantiveram o foco na atualização das políticas de Transações entre Partes Relacionadas e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, reiterando os mecanismos de responsabilidade da gestão já estabelecidos. Esse zelo normativo seguiu

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial e suas controladas (“Companhia”)**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial e suas controladas** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas” dos nossos pareceres emitidos em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Recuperação Judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13, 14(c) e 33, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”) ocorreu em fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no chapter 15, processo autoral em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até à conclusão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano foram atendidas, dentro das medidas adotadas pela Administração de continuidade operacional. Os credores que ainda não tiveram os seus créditos quântos estão sendo pagos conforme os prazos estabelecidos no Plano. Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia e algumas controladas, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano, a Companhia e algumas controladas apresentaram sua resposta contra tal alegação com sustentação jurídica baseada no Plano, se encontrando a matéria pendente de decisão do Juízo. Em 25 de março de 2026, a Companhia e algumas controladas protocolaram o pedido de encerramento da recuperação judicial perante o Juízo, na forma da Lei nº 11.101/2005. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordo de colaboração de ex-executivos. Em 27 de junho de 2024, foi desagravada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Em 11 de março de 2025, por meio do ingresso de procedimento arbitral a Companhia adotou medidas de responsabilidade civil dos ex-executivos. As investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Aspectos de ambiente de tecnologia

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.20 e 2.21, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações mercantis e consequente elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios da Companhia e suas controladas. Nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazos em sistemas e processos de Tecnologia da Informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. A não adequação dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) e de seus controles dependentes, poderia acarretar processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*.

Devido ao fato de terem ocorrido deficiências significativas no CGTI em anos anteriores, consideramos como um principal assunto de auditoria e essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos CGTIs implementados na companhia e suas controladas, para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia e suas controladas, com objetivo de avaliar, entre outros aspectos relacionados à governança, a atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência;
- Efetuamos procedimentos de extração de relatórios que suportam as informações contábeis, por meio de testes de integridade que evidenciam os devidos registros financeiros e contábeis das informações preparadas pela Companhia e suas controladas, que são utilizados na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que os CGTIs estão efetivos para o encerramento do ano.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.	
Fernando Dias Soares	Sebastien Durchon

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.	
Fernando Dias Soares	Sebastien Durchon

acompanhando a evolução das melhores práticas de mercado, estendendo-se também aos protocolos de proteção de ativos com a atualização da Política de Segurança da Informação. Dando sequência à estratégia de disseminação da cultura ética, a Companhia manteve seu cronograma de capacitação, compreendendo que a eficácia dos controles é fruto de um processo educativo contínuo e recorrente. Nesse sentido, o Comitê avaliou e acompanhou as atualizações do Programa de Treinamento de Compliance direcionado aos Conselheiros, que contemplou módulos essenciais para a preservação do ambiente de controle, tais como: Brindes e outras Hospitalidades; Partes Relacionadas; Conflito de Interesses; e Privacidade e Dados Confidenciais. O programa seguiu abordando temas fundamentais para a segurança do mercado de capitais e da operação, como a prevenção ao Insider Trading e a gestão de incidentes, incluindo o combate ao Vazamento de Dados e outras formas de ameaças cibernéticas, como o Phishing. Foram ainda reforçadas Dicas de Segurança operacional e o uso adequado do Canal de Denúncias com foco em ferramentas de proteção institucional. A consistência dessas iniciativas foi monitorada de forma permanente pelo Comitê, que recebe mensalmente indicadores de performance que atestam o alcance dos treinamentos, a robustez dos processos de *background check* e a perenidade da *due diligence* de integridade junto a terceiros. Como reflexo da solidez desses processos e da transparência na condução dos negócios, a Companhia manteve sua participação efetiva no Movimento Transparência 100%, do Pacto Global da ONU, marco que ratifica a consistência do compromisso da Americanas com os mais elevados padrões éticos globais. **2.4. Secretaria de Governança:** O Comitê de Auditoria conta com o suporte da Gerência de Governança Corporativa, que atua como Secretaria de Governança. Este órgão é responsável por assegurar a fluidez e a conformidade dos ritos do Comitê, atuando diretamente no apoio à Coordenadora e demais membros, em linha com as melhores práticas de governança da Companhia. Dentre as principais atividades desempenhadas pela Secretaria ao longo de 2025, destacam-se: (a) Coordenação do calendário anual, convocação e preparação de pautas temáticas, garantindo que os membros recebam o material de apoio necessários para uma análise qualificada. (b) Formalização das discussões e deliberações do Comitê, assegurando a rastreabilidade das decisões e o reporte adequado ao Conselho de Administração. (c) Gestão do ciclo de vida das Políticas Corporativas sob responsabilidade do Comitê, monitorando seus prazos de vigência e coordenando os processos de revisão e atualização. (d) Atendimento e suporte para atualização do Informe de Governança da Companhia, garantindo a transparência das práticas adotadas frente aos órgãos reguladores e ao mercado. A atuação da Secretaria de Governança é essencial para que o Comitê exerça suas funções com foco total na supervisão e delegando a gestão dos processos de conformidade a uma estrutura técnica dedicada e eficiente. **2.5. Auditoria Independente:** A interlocução entre o Comitê de Auditoria e os Auditores Independentes foi pautada pela regularidade e transparência ao longo de 2025, com a realização de 7 (sete) reuniões ordinárias com a presença dos responsáveis pela auditoria. Esse fluxo contínuo permitiu ao Comitê a avaliação tempestiva do plano de trabalho para o exame das Demonstrações Financeiras, proporcionando um fórum de debate técnico entre membros e auditores puderam alinhar o escopo e aprofundar a análise sobre temas de maior complexidade ou risco. Um marco relevante deste exercício foi a conclusão do ciclo de remediação das deficiências significativas apontadas na Carta de Controles Internos (CCI) do período anterior. Com o acompanhamento diligente dos órgãos de governança e o suporte técnico da Diretoria de Controles Internos, a Companhia logrou êxito em endereçar os pontos remanescentes, encerrando o ano de 2025 com um ambiente de controles internos livre de deficiências significativas na visão dos auditores. Eventuais pontos de natureza não significativa seguem o fluxo ordinário de monitoramento, com planos de ação em curso para sua contínua operacionalização e mitigação. A colaboração entre as linhas de defesa também se mostrou efetiva no compartilhamento de denúncias que pudessem ter impacto, qualitativo ou quantitativo, sobre as demonstrações financeiras. Esse processo assegura que os Auditores Independentes tenham visibilidade total para avaliar a necessidade de procedimentos complementares, reforçando a segurança do processo de auditoria. Como resultado do processo de supervisão, os Auditores Independentes emitiram seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras de 2025 sem ressalvas, confirmando a adequação das práticas contábeis adotadas. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados, registrando a objetividade e independência da firma e de seus equipes. Não chegou ao conhecimento deste Comitê qualquer situação que pudesse comprometer a autonomia dos auditores independentes ou eventuais divergências de entendimento junto à Alta Administração que pudessem dificultar a condução dos exames. **3. RECOMENDAÇÕES:** As análises e recomendações do Comitê de Auditoria são fundamentadas em um conjunto de subsídios técnicos provenientes das Diretorias Executivas, dos Auditores Independentes e das áreas de controle, além dos relatos do Canal de Denúncias e pareceres de especialistas externos. A qualidade e a isenção deste processo são asseguradas pela própria composição do Comitê, que conta com a participação de 2 (dois) conselheiros independentes do Conselho de Administração e 2 (dois) membros externos, sendo um deles especialista em temas contábeis e financeiros. Essa pluralidade de competências garante que as deliberações sejam pautadas pela imparcialidade, pelo rigor técnico e por um elevado senso crítico. Todo esse fluxo de informações, juntamente com as recomendações emitidas, é consolidado no Portal de Governança da Companhia, ferramenta que assegura aos demais membros do Conselho de Administração a plena rastreabilidade e transparência sobre as atividades do órgão. Temas de natureza material são elevados tempestivamente ao conhecimento do Conselho, seja por meio de comunicações diretas ou através dos reportes periódicos que detalham o andamento dos trabalhos do Comitê. Além disso, o Comitê mantém um monitoramento contínuo sobre a implementação das melhorias e adequações surgidas, garantindo que as deliberações se convertam em avanços perenes para o ambiente de governança da Companhia. **4. CONCLUSÕES:** O Comitê desempenhou suas atividades em observância ao seu Regimento Interno, pautando sua atuação na realização de reuniões, interações técnicas, análise de documentos e avaliações independentes. Essa atuação contribuiu para o acompanhamento das iniciativas da Companhia voltadas ao aprimoramento contínuo de seus processos, controles e políticas corporativas. Ao longo do exercício de 2025 e até a emissão deste Relatório, as interações com a Administração, os Auditores Independentes e as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance, Canal de Denúncias e Segurança da Informação confirmaram a inexistência de deficiências significativas de controles internos. Da mesma forma, conforme mencionado anteriormente, não foram identificadas divergências entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê em relação às práticas contábeis ou ao conteúdo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Diante do exposto, o Comitê, por unanimidade e com base nas informações reportadas até o dia 25 de março de 2026, entende que o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social de 2025, foi adequado e confere transparência e qualidade a tais demonstrações. Considerando, ainda, o parecer emitido sem ressalvas pela BDO Auditores Independentes, este Colegiado recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras e sua subsequente submissão à Assembleia Geral Ordinária para apreciação e deliberação pelos acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.			
Vanessa Claro Lopes	Maria Rita Megre de Sousa Coutinho	Carla Alessandra Trematore	Rodrigo Carneiro da Cunha Torres

adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

As demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e executadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de modo relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F
Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 - RJ

